

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nas Leis n.º 6.404/1976, n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, julgue os itens que se seguem.

- 51** Nas notas explicativas devem ser indicados os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, de cálculos de depreciação, de constituição de provisões para encargos ou riscos e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo.
- 52** As demonstrações financeiras das companhias abertas estão sujeitas às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e, quando necessário, serão submetidas a auditoria, realizada por auditores internos registrados nesta comissão.
- 53** Independentemente do objeto social definido no estatuto social, a sociedade anônima será mercantil e se regerá pelas leis e uso do comércio.
- 54** Na determinação do resultado do exercício, deverão ser computadas as receitas e os rendimentos adquiridos no período, mas não os custos, as despesas, os encargos e as perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.
- 55** A companhia que for fechada com patrimônio líquido, computado na data do balanço, superior a R\$ 2.000.000,00 não é obrigada a elaborar e publicar a demonstração dos fluxos de caixa.
- 56** Empresas de grande porte são sociedades ou conjunto de sociedades com patrimônio líquido superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00.

Julgue os itens a seguir, com relação aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aos fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.

- 57** A venda à vista de um terreno, com ganho de 80% sobre o valor de aquisição, impactará, quantitativamente, mas não qualitativamente, o patrimônio da entidade.
- 58** Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, devendo-se escolher aquele que for menor.
- 59** O valor contábil corresponde ao valor histórico pelo qual um ativo é reconhecido no balanço, antes da dedução de toda depreciação, amortização, exaustão acumulada, provisão para perdas ou teste de *impairment*.
- 60** O custo de um bem deve ser reconhecido como ativo imobilizado se houver previsão de que os futuros benefícios econômicos associados ao bem retornarão à entidade e de que o custo do bem será mensurado confiavelmente.
- 61** O método da equivalência patrimonial deve ser aplicado quando a entidade possuir investimentos com controle individual ou compartilhado, ou exercer influência significativa sobre uma controlada que esteja dispensada de elaborar demonstrações.
- 62** A compra à vista de um terreno no valor de R\$ 80.000,00 altera a composição qualitativa dos elementos que integram o patrimônio de uma empresa, sem afetar, contudo, a situação patrimonial líquida.

Considere que determinada companhia tenha informado, em reais, os saldos das contas, conforme mostrados na tabela abaixo.

despesas gerais	1.000
despesas antecipadas de seguros	3.000
despesas de salários	2.000
bancos	5.000
clientes	6.000
material de escritório	4.000
equipamentos	10.000
receita de serviços	10.000
fornecedores	1.000
capital	20.000

Com base nos dados acima apresentados, julgue os itens a seguir.

- 63** O saldo do ativo circulante é igual a R\$ 18.000,00.
- 64** O capital próprio ou patrimônio líquido da empresa evidencia uma situação líquida positiva no valor de R\$ 27.000,00.
- 65** Após a apuração do resultado, a empresa apresentou lucro de R\$ 4.000,00.

RASCUNHO

Julgue os itens a seguir, acerca dos sistemas de custos e informações gerenciais para tomada de decisão.

- 66** O frete relativo às vendas de mercadorias constitui custos do período, devendo ser levados a resultado no exercício de ocorrência do fato gerador.
- 67** A margem de segurança operacional corresponde à quantidade de produtos ou receitas que uma empresa opera abaixo do ponto de equilíbrio.
- 68** A depreciação de uma máquina que é utilizada na produção de vários tipos de produtos deve ser classificada como custo direto de fabricação.
- 69** O valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do período.
- 70** O custo do produto acabado e não vendido deve ser ativado na conta de estoque de produtos acabados até o momento da venda, quando, então, deverá ser baixado para custo do produto vendido.

A respeito das regras do CPC para a classificação de transações na demonstração dos fluxos de caixa, julgue os itens que se seguem.

- 71** A conversão de debêntures em ações deve ser apresentada como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da sociedade que as emitiu.
- 72** A redução do saldo da conta fornecedores, do passivo circulante, decorrente do pagamento de bens e serviços adquiridos a prazo, trará reflexos no valor do caixa líquido das atividades de financiamento.
- 73** Os fluxos de caixa decorrentes de imposto de renda se classificam como fluxos de caixa operacionais e jamais se admite outra classificação para essas movimentações.
- 74** O pagamento, em dinheiro, de empréstimo obtido por instituição não financeira, cujo valor inclua o principal e os juros, pode ser classificado em duas atividades distintas: a parte dos juros, como atividade operacional; e a parte do valor principal, como atividade de financiamento.
- 75** Nas instituições financeiras, os juros recebidos são geralmente classificados como fluxos de caixa operacional, enquanto nas instituições não financeiras esses juros podem ser classificados como fluxos de caixa operacional ou como fluxos de caixa de investimento.

No que se refere ao reconhecimento, à mensuração e à classificação dos elementos que compõem o balanço patrimonial de uma companhia aberta, julgue os itens seguintes.

- 76** Os objetivos da análise de recuperabilidade dos valores registrados nas contas do ativo imobilizado e do ativo intangível incluem a revisão e o ajuste dos critérios contábeis adotados para determinar a vida útil econômica estimada dos referidos ativos e para calcular os valores de depreciação, exaustão e amortização a que eles estariam sujeitos.
- 77** Os investimentos de longo prazo mantidos para fins de negociação devem ser classificados no ativo não circulante.
- 78** As obrigações com prazo original de cinco anos, cuja liquidação é prevista para seis meses após a data do balanço, devem ser classificadas no passivo não circulante.
- 79** A possibilidade de o custo de determinado item do ativo imobilizado ser mensurado com confiabilidade está entre as condições para que esse item seja reconhecido como ativo.
- 80** Os direitos a receber em longo prazo devem ser avaliados pelos seus valores presentes, calculados com base em taxa de desconto igual à taxa de juros da transação, na data de origem. Essa taxa de desconto sofre alterações ao longo da vigência desses direitos, conforme o valor assumido pela taxa de juros de mercado, em períodos subsequentes.

Em relação à elaboração da demonstração de resultado do exercício, de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC, julgue os itens a seguir.

- 81** A mensuração da receita é feita pelo valor nominal das contraprestações recebidas ou a receber.
- 82** A parcela efetiva de ganhos ou perdas resultantes de instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de fluxo de caixa integra à categoria outros resultados abrangentes.
- 83** Apesar de a regra geral estabelecer que receitas e despesas não devam ser compensadas entre si, não há objeção a que pronunciamentos técnicos, interpretações ou orientações do CPC exijam ou permitam esse procedimento. Nesse caso, o procedimento valerá somente para as situações estabelecidas nesses instrumentos emitidos pelo CPC.
- 84** As despesas podem ser classificadas na demonstração do resultado do exercício de acordo com sua natureza ou função.

A respeito do reconhecimento e da evidenciação de planos de benefícios pós-emprego, julgue os itens subsecutivos.

RASCUNHO

- 85** Em planos de benefício definido, a ocorrência de ganhos atuariais pode gerar o chamado valor líquido de ativo de benefício definido, cujo reconhecimento deve ser feito no balanço patrimonial da entidade patrocinadora.
- 86** As obrigações reconhecidas por determinada entidade em decorrência da adoção de plano de contribuição definida devem ser avaliadas pelo seu valor presente, independentemente do prazo previsto para sua liquidação.
- 87** Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco de investimento recaem, substancialmente, sobre o empregado.
- 88** Nos planos de contribuição definida, a obrigação da entidade patrocinadora é mensurada por meio de premissas atuariais, que podem provocar tanto perdas quanto ganhos atuariais.
- 89** Nos planos de benefício definido, o valor da contribuição devida pela entidade patrocinadora, em determinado período contábil, não equivale, necessariamente, à despesa que ela deve reconhecer contabilmente em relação a esse mesmo período.
- 90** Além da obrigação legal, constituída com base nos termos formais do contrato de benefício pós-emprego, o plano de benefício definido requer o reconhecimento das chamadas obrigações construtivas, que podem surgir de práticas informais da entidade patrocinadora do plano.

vendas de mercadorias	7.200
lucros retidos	310
resultado de equivalência patrimonial (receita)	30
receitas financeiras	150
custo das mercadorias vendidas (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	4.800
despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2
despesas de depreciação, amortização e exaustão	130
despesas de aluguéis	250
dividendos distribuídos	50
despesas de pessoal	328
despesas de impostos, taxas e contribuições (não inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	980
despesas financeiras	500
juros sobre o capital próprio distribuídos	30

Os dados apresentados acima (em milhares de reais) se referem ao exercício social da companhia ABC, encerrado em 31/12/2012. Com base nesses dados, julgue os itens subsequentes.

- 91** A remuneração de capitais próprios foi superior a R\$ 360.000,00.
- 92** O valor adicionado total a distribuir foi inferior a R\$ 2.200.000,00.
- 93** O valor da remuneração de capitais de terceiros foi R\$ 500.000,00.
- 94** O valor adicionado bruto foi superior a R\$ 2.300.000,00.
- 95** O valor adicionado recebido em transferência foi inferior a R\$ 30.000,00.

Com relação à apuração e ao controle de retenção de tributos e contribuições federais, conforme prevê a Instrução Normativa (IN) n.º 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, julgue os itens que se seguem.

96 O recolhimento da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) em atraso, sem o recolhimento da multa correspondente, permite a aplicação das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação do imposto de renda (IR).

97 Na aquisição de livros no mercado nacional, é dispensada a retenção para o programa de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP) e da COFINS, mas não do IR e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

98 A obrigatoriedade de retenção tributária abrange as empresas públicas, mas não as sociedades de economia mista.

99 A retenção prevista na referida IN não é aplicada a templos, partidos políticos e pessoas jurídicas cuja atividade exclusiva seja a distribuição de jornais e revistas.

100 As empresas públicas devem recolher o tributo retido ao Tesouro Nacional até o terceiro dia útil da semana subsequente àquela semana em que tiver ocorrido o fato gerador.

101 No pagamento de seguros, a retenção incide sobre o valor do prêmio pago, deduzidas as eventuais despesas de corretagem.

No que concerne ao cálculo e escrituração do PIS/PASEP, da COFINS, do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da CSLL, julgue os itens consecutivos.

102 Deve-se registrar o ativo fiscal diferido em relação aos prejuízos fiscais, independentemente da probabilidade de a geração futura de lucro tributável ser suficiente para a compensação desses prejuízos.

103 À exceção das empresas optantes pelo SIMPLES, aplica-se o regime de não cumulatividade da COFINS a todas as pessoas jurídicas tributadas para fins de IR.

104 As receitas com exportações não compõem a base de cálculo da COFINS, mas as receitas financeiras sim.

105 Na apuração da base de cálculo da CSLL, os ganhos de capital auferidos no exterior são adicionados, contudo o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e o imposto sobre produtos industrializados (IPI) são deduzidos.

106 Para as empresas optantes pelo regime tributário de transição (RTT), o livro de apuração do lucro real (LALUR) foi substituído pelo controle fiscal contábil de transição (FCONT).

Acerca do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), julgue os itens seguintes.

107 Depois de validada a consistência das informações prestadas mediante o uso do programa validador fornecido pelo SPED, o arquivo digital é assinado por meio de certificado digital, tipo A1 ou A3 e, logo em seguida, transmitido.

108 Para a geração de arquivo do SPED contábil, na tela geradora de arquivo de leiaute, o campo escrituração contábil admite as opções G, R ou C.

109 Um dos objetivos do SPED é a atuação integrada dos fiscos federal, estaduais e municipais, possibilitando a uniformização do processo de coleta de dados contábeis e fiscais.

De acordo com o RTT da Receita Federal do Brasil, julgue os itens a seguir.

110 O prêmio na emissão de debêntures será tributável caso ocorra integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

111 As empresas que optaram pelo RTT têm alíquota privilegiada na tributação sobre doações e subvenções para investimento recebidas no período de vigência do regime.

112 A opção pelo RTT teve caráter irrevogável para os exercícios de 2008 e 2009.

Com base na legislação vigente acerca de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio (JSCP), julgue os itens subsequentes.

113 Os JSCP serão dedutíveis na determinação do lucro real tributável apenas se tiverem sido contabilizados como despesa financeira.

114 Quanto ao direito de recebimento, o dividendo poderá ser cumulativo ou não cumulativo.

115 O pagamento de JSCP só poderá ser realizado se, depois de computado esse pagamento, restar lucro líquido à empresa.

116 Aos JSCP e aos dividendos recebidos por acionista é cominada a tributação pelo imposto de renda, na alíquota de 15%.

Com relação à apuração do ICMS e do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), julgue os próximos itens.

117 Os serviços de telecomunicações e de geração e fornecimento de energia elétrica não são tributados pelo ISSQN, pois já são tributados pelos estados ou pela União.

118 Uma mercadoria tributada pelo ICMS com alíquota nominal de 18% terá incidência de 21,95%, aproximadamente, de ICMS efetivo.

119 O ICMS é um tributo não cumulativo.

120 O ISSQN é um tributo de competência exclusiva dos municípios.